

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
ESPECIALIZAÇÃO “ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE
CIVIL”

CAROLINA FARIAS RIBEIRO
IRACEMA DA SILVA MIRANDA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROBLEMA: ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA NOS CONDOMÍNIOS “MINHA CASA, MINHA
VIDA” EM UMA DETERMINADA PREFEITURA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SANTO ANDRÉ - SP

2016

CAROLINA FARIAS RIBEIRO
IRACEMA DA SILVA MIRANDA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROBLEMA: ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA NOS CONDOMÍNIOS “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM UMA DETERMINADA PREFEITURA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por Carolina Farias Ribeiro para o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em “Estado, Políticas Públicas e Gestão de entidades da sociedade civil” da Fundação Santo André em parceria com a Fundação Perseu Abramo para o título de Especialista em “Estado, Políticas Públicas e Gestão de entidades da sociedade civil”.

Orientador: Murilo Valle

Monitora: Andrea Azevedo

SANTO ANDRÉ - SP

2016

Sumário

| | |
|--|------|
| 1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo | 04/1 |
| Situação Problema..... | 06/1 |
| Fluxograma Explicativo | 08/1 |
| 2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos..... | 09/2 |
| 3. Árvore do problema | 13/3 |
| 4. Plano de Ação..... | 16/4 |
| 5. Análise de Atores | 21/5 |
| 6. Análise de Riscos e Fragilidades..... | 27/6 |
| 7. Considerações Finais..... | 29/7 |
| 8. Referências bibliográficas | 30/8 |
| Apêndices..... | |
| Anexos | |

1 – Indicação da Situação-Problema e Fluxograma Explicativo

O programa **Minha Casa Minha Vida** foi iniciado durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, regulamentado pela Lei 11.977 de 07/07/2009, com o objetivo de facilitar o financiamento de habitações para famílias de baixa renda. Essa medida fez com que milhões de pessoas tivessem acesso ao seu primeiro imóvel próprio com prestações possíveis de serem custeadas. Através do Programa Minha Casa, Minha Vida as famílias com renda até 5.000 reais puderam financiar suas casas com valores bastante acessíveis. Além das vantagens óbvias do programa tivemos também o incentivo ao setor de construção civil e a geração de milhares de empregos diretos e indiretos em várias regiões do país. Estima-se que a cada um milhão de reais investidos, cerca de 2/3 deste valor retornam como forma de investimento em mão de obra. A importância da cadeia da construção civil para o desenvolvimento econômico e social do País é conhecida de todos nós, pois a construção civil é a indústria que consegue gerar mais empregos diretos e indiretos. A partir do momento em que ela se expande, diversos setores que a formam são responsáveis pela criação de um grande número de postos de trabalho e, conseqüentemente, redução do índice de desemprego. Podemos ressaltar também que a criação do PMCMV se deu para amenizar a grande crise econômica que atingiu inúmeros países no segundo semestre de 2008. Portanto o programa atenderia duas demandas importantes: atacar a crise criando milhares de empregos, incentivando a economia e diminuindo o *déficit* habitacional do Brasil, principalmente nas regiões metropolitanas. Pode-se afirmar que o Governo federal agiu diretamente em necessidades importantes do ser humano como segurança, moradia e desenvolvimento pessoal.

É notório que as necessidades humanas têm sido objetos de estudos há muitos anos. Segundo alguns estudiosos o homem é motivado de acordo com suas necessidades que se manifestam em graus de importância. As necessidades fisiológicas são as necessidades iniciais e as necessidades de realização pessoal são as necessidades finais. Geralmente quando as necessidades mais básicas vão sendo supridas, a pessoa busca por suprir necessidades cada vez mais complexas.

As necessidades fisiológicas como respiração, alimentação, água, sono, sexo, por exemplo, são imprescindíveis e são as primeiras que devem estar satisfeitas. Logo após essas necessidades temos a necessidade de segurança que podem ser representadas pela segurança do corpo, do emprego, moradia, proteção para saúde, por exemplo. Podemos ressaltar também as necessidades sociais como ter amizade, socialização e confraternização. Seguindo essa lógica teremos outros status de necessidades como auto-estima, confiança, respeito dos outros, desenvolvimento cultural e social. Na verdade o ser humano busca sempre melhorias para sua vida. Dessa forma, todas as vezes que uma necessidade é suprida outras aparecem. Por isso, ter sua casa própria significa muito mais que um espaço físico para a família, significa, por conseguinte, a satisfação de diversas outras

necessidades fundamentais. Em contrapartida quando as necessidades não são supridas surgem diversos sentimentos de frustração, insegurança e desmotivação.

Podemos fazer um paralelo com todas as ações que o Governo Federal realizou nesses últimos 14 anos. Podemos afirmar que diversos desses projetos e programas têm o intuito de satisfazer as necessidades dos cidadãos brasileiros. Programas como Farmácia Popular, inúmeros projetos e programas de incentivos à educação em todos os níveis e modalidades, Bolsa Família, Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Nacional de Merenda Escolar, Mais Médicos, Bolsa-Atleta, Segundo Tempo, Mais Educação, Projetos Esportivos, Sociais e de Lazer, Luz para Todos, entre tantos outros. Entre esses projetos podemos destacar o Programa “Minha Casa, Minha Vida” que já entregou mais de cinco milhões de casas em várias regiões do Brasil. Talvez esse tenha sido um dos maiores programas de habitação popular do mundo e que enfureceu bastante a oposição. Quando a necessidade de possuir uma casa própria é suprida as pessoas podem sonhar e almejar coisas muito maiores. No entanto não é só possibilitar que o/a cidadão/ã tenham um lar, é necessário que ações governamentais sejam realizadas para que essa população possa morar com tranquilidade e dignidade e que possa usufruir da sua nova condição de vida com respeito e segurança. Todavia, o que presenciamos em diversos Condomínios “Minha Casa, Minha Vida” foi a inserção do poder paralelo e da milícia. Desta forma, se as prioridades da população não são respeitadas pelo poder público temos instalado o caos. A população passa a desacreditar na força e na coerência do poder público e das políticas públicas e como consequência vira alvo fácil para as iniciativas paralelas que se opõem ao poder público como as milícias, ONGs e entidades religiosas.

À vista disso, a organização social com unidade e integração da população se faz primordial para superar as mazelas que o poder paralelo traz para essas localidades. A comunidade necessita de uma organização bem desenvolvida, o que exige a mobilização de recursos e pessoas comprometidas com a causa em questão. A existência dos movimentos sociais é de suma importância para a sociedade civil enquanto meio de manifestação e reivindicação. Diversos são os exemplos de movimentos existentes em nossa sociedade, temos o movimento negro, sem terra, sem teto, feminista, LGBT, socialista, entre outros.

Contudo, faz-se necessária atenção direta e constante a essas comunidades através da presença e atuação do poder público para garantir a segurança e o bom desenvolvimento dessas comunidades.

Situação Problema

O problema do alto índice de violência nos Condomínios “Minha Casa, Minha Vida” em uma determinada prefeitura, no Rio de Janeiro, em decorrência do crime organizado e das milícias vem afetando inúmeras pessoas. Por ser o maior projeto habitacional popular da história do nosso país vem despertando enorme insatisfação por parte da oposição. Desta forma, vem sofrendo ataques do crime organizado, que muitas vezes, são enviados para dentro dos Condomínios por setores da oposição que querem ver o governo falhar neste tão importante projeto.

Equipe: Carolina Farias Ribeiro e Iracema da Silva Miranda

Turma:

Turma B – GEPP 62

Problema

“ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA NOS CONDOMÍNIOS “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM UMA DETERMINADA PREFEITURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”

Ator que declara o problema

Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito

Justificativa

Um dos mais importantes projetos do Governo Federal é a construção de habitações populares para quem mais precisa. E esse projeto grandioso recebeu o nome de “Minha Casa, Minha Vida”. Temos no Brasil cerca de dois milhões de casas e apartamentos finalizados e inúmeras pessoas contempladas. Essas unidades habitacionais não representam somente uma casa concreta para as pessoas, mas devolveu dignidade e humanidade à maioria delas. Um projeto tão importante como esse, e que está sendo implantado nas mais diferentes regiões do Brasil, tem várias consequências para os diversos setores da sociedade. E uma dessas consequências é o estabelecimento de forças policiais paralelas dentro desses espaços. Em diversos empreendimentos

desse tipo podemos verificar a tentativa do poder paralelo, seja do tráfico ou das milícias, querer dominar a população através da força e da violência. Temos vários casos relatados pelo Brasil afora. Esses problemas são decorrentes, muitas vezes, da desarticulação da gestão pública no que diz respeito às prioridades da população; desarticulação da gestão para receber os Condomínios “Minha Casa, Minha Vida”; da gestão descompromissada com a população empobrecida; da ausência de organização dos moradores; falta de organização para a eleição de Síndicos, Subsíndicos e Conselheiros para organizarem reuniões periódicas e com uma escuta sensível para a resolução de problemas da comunidade; falta de projetos sociais direcionados às comunidades periféricas etc.

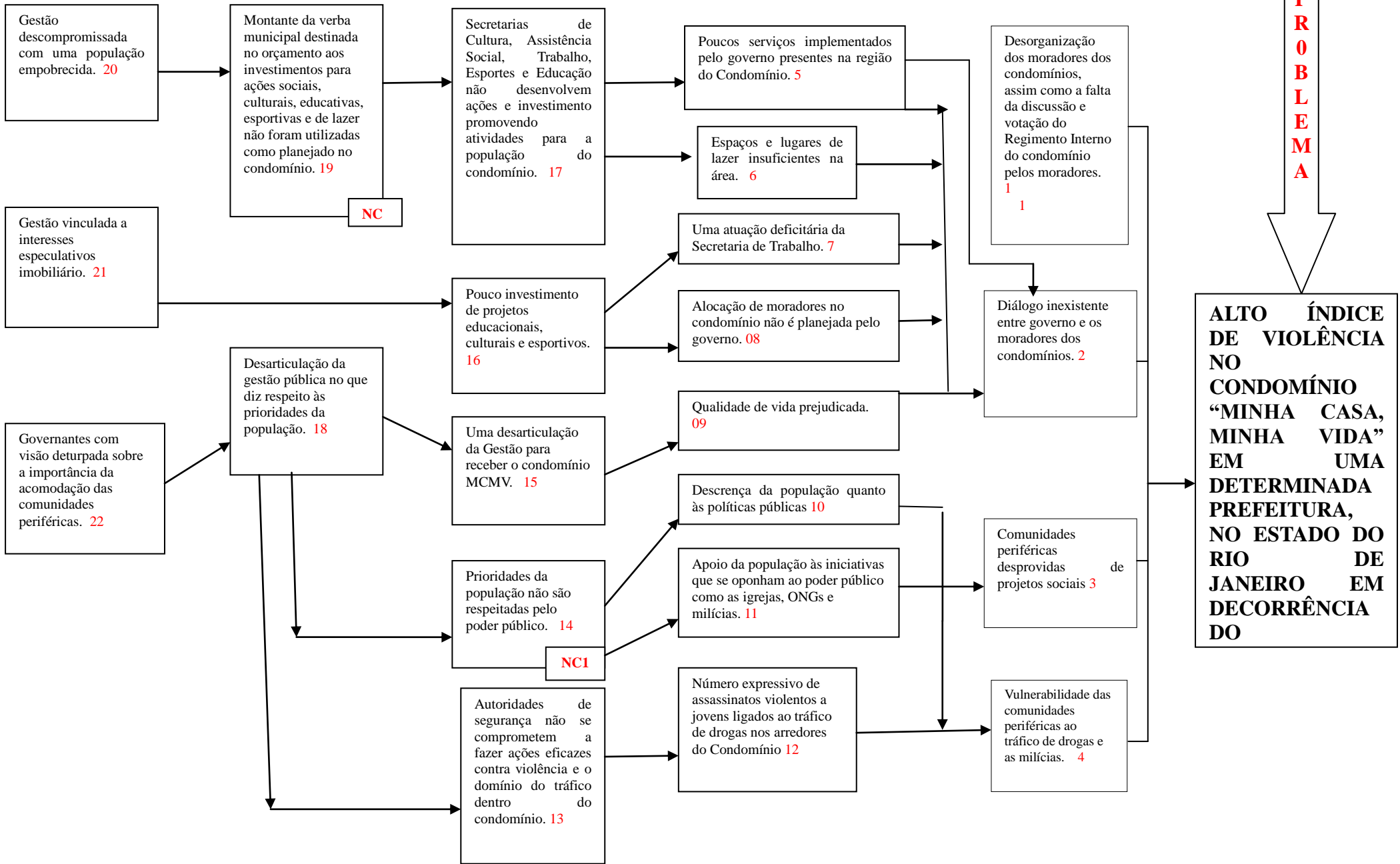
A população deve se organizar e se mobilizar para conquistar, do poder público, serviços que garantam as condições necessárias para uma vida digna. Desta forma, se faz necessário que os gestores públicos, progressistas e de esquerda realizem ações efetivas e eficazes para acabar com esse problema, ou nem deixar que ele comece em tais comunidades. É necessário pensar em ações estratégicas e mobilizadoras para que não haja o crescimento da atuação criminosa e que os condomínios sejam locais onde as pessoas possam discutir democraticamente seu Regimento Interno, possam realizar eleições diretas para eleger a equipe gestora, haja desenvolvimento de atividades educativas, culturais e esportivas para todas as faixas etárias, haja formação profissional para os moradores que necessitem e que o poder público priorize a realização de diversos projetos que possam envolver a população e ocupe o condomínio de forma atrativa para a população que tanto precisa.

Efeitos e riscos político-administrativos, sociais ou econômicos que a persistência do problema pode acarretar:

- O acesso às atividades das Secretarias de Assistência Social, Participação Popular, Educação, Esporte, Trabalho, Habitação e demais eventos culturais promovidos pela Prefeitura podem ficar distantes da população.
- A população perder a credibilidade no governo.
- Administração pública seria vista como ineficiente pela população.
- Potencialidade da população seria desvalorizada.
- População pode ficar refém das milícias.
- População sem organização.
- Rescisão do contrato por parte dos moradores com a Caixa Econômica Federal
- Retorno da população para as áreas de risco e alta vulnerabilidade.
- Venda e/ou aluguel dos apartamentos para terceiros.

ATOR: SECRETARIA EXECUTIVA DO GABINETE DO PREFEITO

CAUSAS DO PROBLEMA



PROBLEMA

ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA NO CONDOMÍNIO "MINHA CASA, MINHA VIDA" EM UMA DETERMINADA PREFEITURA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM DECORRÊNCIA DO

2- Comentários analítico-conceituais sobre os Nós Explicativos

Destacamos dois Nós Explicativos que são, respectivamente, o Nó Explicativo 20 - a gestão descompromissada com a população empobrecida e o Nó Explicativo 22 - governantes com visão deturpada sobre a importância da acomodação das comunidades periféricas.

O Nó Explicativo 20 deu origem ao Nó Crítico 2, montante da verba municipal destinada no orçamento aos investimentos para ações sociais, culturais, educativas, esportivas e de lazer não foram utilizadas como planejado no condomínio “Minha Casa, Minha Vida”.

A gestão democrática com participação popular nos orçamentos precisa ser construída em todos os níveis da política nacional, seja nos Estados ou nos municípios mais longínquos. Na última década tivemos avanços nessa forma de gestão democrática que foi fruto de um embate entre a concepção conservadora burocrática e a concepção popular participativa da sociedade. A concepção conservadora burocrática valoriza o saber individual técnico em detrimento da inteligência coletiva que é a essência de uma gestão participativa. A construção de uma gestão participativa e popular se dá pela constante ligação entre o setor público e a sociedade civil organizada. Na gestão do aparelho do estado é necessário que a organização seja mais horizontal criando-se grupos de discussão, elaboração e implementação de políticas públicas com a ampla participação dos membros do poder público, sejam eles efetivos ou comissionados, a população e a sociedade civil organizada. Assim sendo, a verticalização da administração pública vai se desfazendo e dá lugar a uma organização mais participativa e democrática. A população e a sociedade civil terão vez e voz em todos os setores abertos ao diálogo intersetorial. Este modelo enfrenta dificuldades pela cultura enraizada no setor público que se caracterizava pela imobilidade, verticalidade e burocratismo sem compromisso em ouvir os desejos e desafios que a sociedade impõe. Essa forma de gestão garante um estado necessário que atenda as necessidades da maioria da população a serviço da coletividade e não de interesses privados, políticos partidários ou patrimonialistas. A participação popular na gestão pública é o único caminho para fortalecer o estado necessário que não é nem máximo nem mínimo evitando com isso a privatização dos recursos públicos e da gestão pública.

A população elegeu seus governantes para que eles a representem e que a ouça em seus anseios e necessidades. Das necessidades mais básicas como saúde, educação e segurança, às necessidades de diversão, esporte, lazer e arte que são inerentes aos seres humanos, desde os tempos mais remotos. No início das civilizações nota-se a presença de vários tipos de manifestação artística, esportiva e cultural entre os povos. Os jogos, as artes e as características culturais de um povo devem ser incentivados e preservados como patrimônio imaterial daquela localidade, devendo o poder público investir e incrementar tais atividades. É claro que quanto mais pobre for uma

família mais dificuldades terá de ter acesso às atividades esportivas e culturais, pois não dispõem de recursos suficientes para custear tais atividades. E esse fato é comum em várias regiões do Brasil. Vemos muitos governos que não investem minimamente em tais atividades por não entenderem ideologicamente que a alma do povo clama pela beleza, pela arte, pelo movimento, pela integração e pelo lazer. O povo quer ser feliz e viver feliz, quer poder ter a oportunidade de ir além das atividades maçantes que seu cotidiano de trabalhador impõe.

Desta forma, o problema no qual estamos trabalhando, alto índice de violência nos Condomínios “Minha Casa, Minha Vida” em uma determinada prefeitura do Rio de Janeiro em decorrência do crime organizado, pode ser associado a vários fatores, inclusive ao fato dessa população não ter tido acesso ao mínimo de cultura, arte, esporte e lazer. Diversas são as causas e diversas são as consequências. Esse é um grande problema que deve ser resolvido urgentemente e que requer atenção e investimento por parte dos governantes locais de forma que levem à população mais desfavorecida ao merecido desfrute de atividades que envolvam o lazer, o esporte, a cultura, ou seja, que vivam a plenitude de se sentirem verdadeiros cidadãos participantes de tudo de bom que a vida possa oferecer.

Em relação ao Nó Explicativo 22, que originou o Nó Crítico 1, prioridades da população não são respeitadas pelo poder público, podemos afirmar que houve uma desarticulação da gestão para receber os Condomínios “Minha Casa, Minha Vida” e que as autoridades de segurança não se comprometeram a fazer ações eficazes contra a violência e o domínio do tráfico dentro do condomínio, afetando, entre outras coisas, na qualidade de vida dos moradores. Destacamos também número expressivo de assassinatos violentos a jovens ligados ao tráfico de drogas nos arredores e vulnerabilidade das comunidades periféricas ao tráfico de drogas e as milícias.

O programa “Minha Casa, Minha Vida” já garantiu a casa própria para milhões de famílias; quase oito milhões de brasileiros já foram agraciados desde o início do programa em 2009. Uma pesquisa financiada pelo Ministério das Cidades e pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, identificou problemas sérios nesses condomínios. Só na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, quase metade dos empreendimentos está em áreas com infra-estrutura urbana precária, muitos localizados em lugar sem abastecimento de água, sem asfalto, saneamento básico e muitas vezes longe de escolas, creches e hospitais. Segundo o estudo, 80% das construções do programa no Rio de Janeiro ficam em áreas com dificuldade de transporte e ficam longe dos locais onde existem empregos na cidade. Esse mapeamento foi feito em 22 municípios de seis estados, entre eles São Paulo. A questão da segurança é muito séria nos condomínios, alguns já foram invadidos antes de serem entregues. As ações são chefiadas por traficantes ou milicianos. Depois da desocupação, a segurança precisa ser reforçada para que a

população possa receber seus imóveis. Segundo informações do Ministério das Cidades o programa está sendo aprimorado e que os dados da pesquisa podem auxiliar, porém, quaisquer que sejam as melhorias, é necessário haver parceria com estados e municípios.

Comentários sobre os Nós Críticos:

Os Nós Críticos, NC1 e NC2, foram, respectivamente, prioridades da população não são respeitadas pelo poder público e montante da verba municipal destinada no orçamento aos investimentos das ações sociais, culturais, educativas, esportivas e de lazer não foram utilizadas como planejado no condomínio. Ambos foram considerados Nós Críticos por possuírem as três características básicas, como por exemplo, se forem resolvidos ou “desatados” terão alto impacto sobre a situação problema; o ator que declara o problema deve poder atuar sobre eles e possuir governabilidade e, por último, seu ataque é politicamente viável e oportuno.

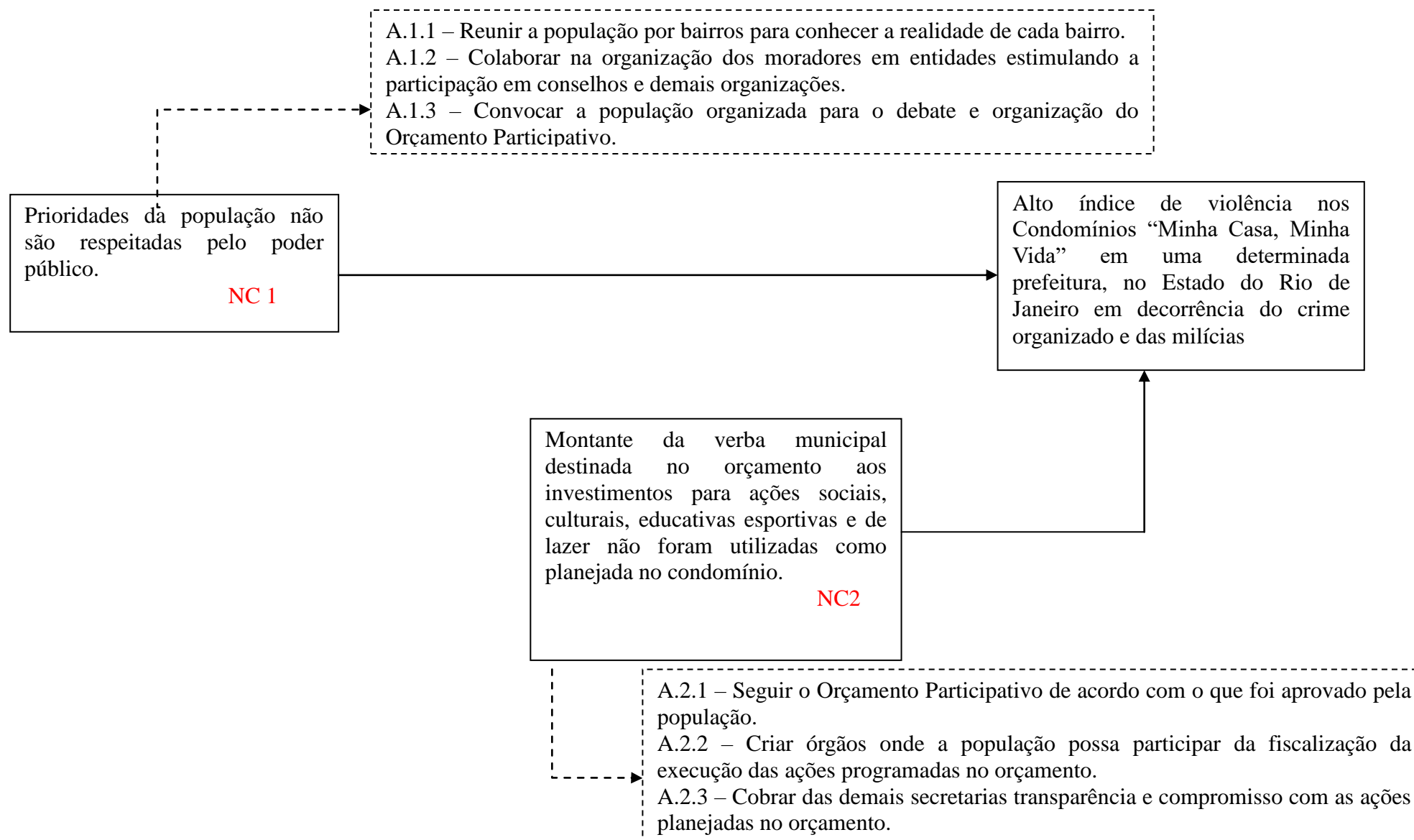
Quanto ao Nó Crítico 1, prioridades da população não são respeitadas pelo poder público, podemos enfatizar que as ações integradas dos diversos setores do governo são fundamentais para que as necessidades da população sejam contempladas de forma efetiva e concreta. Torna-se imprescindível que haja diálogo aberto e direcionado, entre as diferentes áreas do governo, para que os problemas que estão acontecendo há muito tempo no município sejam resolvidos proporcionando maior qualidade de vida a toda população. O Nó Crítico 1 origina causas como, por exemplo, descrença da população quanto às políticas públicas e apoio da população às iniciativas que se oponham ao poder público como igrejas, ONGs e milícias. Pode-se afirmar que resolver esse nó crítico é fundamental para a solução do problema.

Em relação ao Nó Crítico 2, montante da verba municipal destinada no orçamento aos investimentos das ações sociais, culturais, educativas, esportivas e de lazer não foram utilizadas como planejado no condomínio, podemos dizer que essa falta de planejamento influencia em vários pontos a população, pois deixam de ser oferecidos serviços e atividades importantes que são fundamentais para o desenvolvimento das potencialidades locais e o bom desenvolvimento cultural e esportivo da população. O não planejamento dessas atividades prejudica demasiadamente a população com o descaso dos governantes em relação ao acesso ao mínimo de cultura, esporte, educação e lazer. O Nó Crítico 2, conseqüentemente, leva as Secretarias de Cultura, Assistência Social, Trabalho, Esportes e Educação a não desenvolverem ações e investimentos que promovam atividades para a população dos condomínios, desta forma, poucos serviços implementados pelo governo presente na região dos condomínios e espaços e lugares de lazer insuficientes na área de lazer.

Pode-se afirmar que tais Nós Críticos são exemplos de não respeito à Constituição Federal do Brasil onde a garantia aos direitos sociais do ser humano devem ser garantidos e protegidos pelo Estado. Desta forma a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer e segurança. É fundamental e constitucional a importância de cada uma dessas áreas para qualquer ser humano. Se a população tem esses direitos violados podemos ter como consequência a degeneração na qualidade de vida e, conseqüentemente, aumento da violência, da marginalização e perda do espaço do poder público nessas comunidades. Ficando os cidadãos muitas das vezes entregues a grupos do poder paralelo, pois já não confiam na capacidade do Estado de suprir suas necessidades mais básicas. Portanto, não sendo esses direitos básicos exercidos pelos cidadãos brasileiros, originam grandes frustrações individuais e coletivas, prejudicando o desenvolvimento digno do ser humano e o progresso do município, do estado e do país.

A Garantia efetiva desses direitos permite que a sociedade evolua cultural e politicamente rumo à democracia substancial buscando, além da participação política, a aquisição dos direitos fundamentais, importante para a evolução e preservação do Estado Democrático de Direito.

3-ÁRVORE DO PROBLEMA



O Nó Crítico 1, prioridades da população não são respeitadas pelo poder público, deve ser atacado através de várias ações para que seja solucionado definitivamente. Uma das ações pensadas é reunir a população dos bairros do entorno do condomínio para conhecer e mapear cada realidade. Seus anseios, desejos, necessidades básicas, dificuldades e forma de vivência e convivência local. Logo após a realização dessas reuniões deve-se colaborar na organização dos moradores em entidades estimulando a participação em conselhos e demais organizações e, por último, convocar a população organizada para o debate e organização do Orçamento Participativo. Os resultados dessas ações deverão servir para ficarem de domínio público e do governo e estimular a criação de uma consciência de agrupamento e de classe em busca de seus direitos, ficará assegurado para sempre uma comunidade que poderá, a qualquer momento e em qualquer tempo, reivindicar seus direitos resultando em uma comunidade organizada e politizada. Através de plenárias será construído o Orçamento Participativo atendendo as demandas e os interesses da população.

Para os gestores públicos desenvolverem suas atividades e conseguirem contemplar os interesses públicos precisam utilizar adequadamente recursos financeiros. As necessidades dos cidadãos são influenciadas por inúmeras transformações que acontecem constantemente na sociedade, inclusive a vontade dos cidadãos reivindicarem a satisfação dos interesses da coletividade. Entretanto, ter recurso não é suficiente para uma boa administração pública, é necessário que haja uma boa e democrática utilização desses recursos de forma planejada e ordenada. Diante deste contexto, torna-se imprescindível que haja a participação direta dos cidadãos na gestão pública por meio do Orçamento participativo.

O orçamento participativo é um mecanismo democrático, exemplo da democracia participativa e se iniciou no Brasil com o objetivo de encarar e enfrentar as políticas neoliberais. Desta forma, os cidadãos envolvem-se no processo através da organização social, cabendo às prefeituras a determinação de limites e critérios para dividir o poder de decisão com os moradores do município.

Em relação ao Nó Crítico 2, Montante da verba municipal destinada no orçamento aos investimentos para ações sociais, culturais, educativas esportivas e de lazer não foram utilizadas como planejada no condomínio, pode-se estabelecer diversas ações relacionadas ao Orçamento Participativo. Uma das ações é seguir o Orçamento Participativo de acordo com o que foi aprovado pela população. Posteriormente, criar órgãos onde a população possa participar da fiscalização da execução das ações programadas no orçamento. Desta forma, a população ficará mais organizada. E, finalmente, cobrar das demais secretarias transparência e compromisso com as ações planejadas no orçamento. Espera-se como resultados dessas ações, respectivamente, a população atendida em

suas necessidades, órgão de fiscalização criado onde representantes da população poderão ter acesso as verbas aplicadas e as demandas a serem atendidas e secretarias cumprindo o que foi planejado no Orçamento Participativo e a população sendo atendida por todas as secretarias.

4 – Plano de Ação

3.1 – PAINEL 1 - Árvore de problemas

| NÓ CRÍTICO | AÇÕES | RESULTADO DAS AÇÕES |
|---|--|---|
| NC1- Prioridades da população não são respeitadas pelo poder público. | A.1.1 – Reunir a população por bairros para conhecer a realidade de cada bairro. | Estabelecimento das necessidades reais de cada bairro ficando do conhecimento de todos. |
| | A.1.2 – Colaborar na organização dos moradores em entidades estimulando a participação em conselhos e demais organizações. | Criação de conselhos e demais organizações, ficando assegurado para sempre uma comunidade que poderá a qualquer momento e em qualquer tempo a reivindicar seus direitos, tornando-se uma comunidade organizada. |
| | A.1.3 – Convocar a população organizada para o debate e organização do Orçamento Participativo. | Orçamento Participativo construído através de plenárias atendendo as demandas e os interesses da população. |
| NC2 - Montante da verba municipal destinada no orçamento aos investimentos para ações sociais, culturais, educativas esportivas e de lazer não foram utilizadas como planejada no condomínio. | A.2.1 – Seguir o Orçamento Participativo de acordo com o que foi aprovado pela população. | A população atendida em suas necessidades. |
| | A.2.2 – Criar órgãos onde a população possa participar da fiscalização da execução das ações programadas no orçamento. | Órgão de fiscalização criado onde representantes da população poderão ter acesso as verbas aplicadas e as demandas a serem atendidas. |
| | A.2.3 – Cobrar das demais secretarias transparência e compromisso com as ações planejadas no orçamento. | Secretarias cumprindo o que foi planejado no Orçamento Participativo e população sendo atendida por todas as secretarias. |

Painel 2.1

NC1 - Prioridades da população não são respeitadas pelo poder público.

| AÇÃO | TAREFAS | RECURSOS NECESSÁRIOS | PRAZO (MESES) | RESPONSÁVEL |
|---|--|--|---------------|---|
| A.1.1 – Reunir a população por bairros para conhecer a realidade de cada bairro. | Criação de grupos de engajamento e mobilização popular dentro do governo, treinados para visitação aos bairros e convocação para reuniões de debate e organização. | Grupo de pelo menos 100 agentes populares para que 10 bairros sejam contemplados por 10 agentes por vez. Salário para 100 pessoas. Espaço nos bairros para as reuniões. Mobília para a reunião, som, microfone, filmagem da reunião para que tudo fique documentado. | 05 meses | Secretário de Direitos Humanos e Participação Popular |
| A.1.2– Colaborar na organização dos moradores em entidades estimulando a participação em conselhos e demais organizações. | Os grupos de Agentes populares ficarão responsáveis de viabilizar ajuda para os bairros que ainda não estejam organizados em Associações ou não tenham nenhuma articulação para agrupamento, verificando possíveis lideranças. | Grupo dos Agentes populares Ajuda financeira e de profissionais especializados como advogados e contadores para ajudar na organização das associações. Contadores e Advogados da própria estrutura do governo. Espaço nos bairros para as reuniões. Mobília para a reunião, som, microfone, filmagem da reunião para que tudo fique documentado. | 12 meses | Secretário de Direitos Humanos e Participação Popular |

| | | | | |
|--|--|---|---------------|--|
| <p>A.1.3 – Convocar a população organizada para o debate e organização do Orçamento Participativo.</p> | <p>Reunir as lideranças em plenárias setoriais, por exemplo: em cada distrito para que as propostas sejam bem estudadas planejadas e articuladas, retratando de fato as necessidades da população.</p> <p>Uma grande plenária com todos os envolvidos nas plenárias setoriais.</p> | <p>Equipe formada com membros de todas as Secretarias do governo e também técnicos financeiros, jurídicos e administrativos.</p> <p>Espaço para as plenárias.</p> <p>Mobília para as plenárias, som, microfone, filmagem da plenária para que tudo fique documentado.</p> | <p>01 mês</p> | <p>Secretário Executivo de Gabinete do Governo</p> |
|--|--|---|---------------|--|

NC2 - Montante da verba municipal destinada no orçamento aos investimentos para ações sociais, culturais, educativas esportivas e de lazer não foram utilizadas como planejada no condomínio.

| ACÇÃO | TAREFAS | RECURSOS NECESSÁRIOS | PRAZOS (MESES) | RESPONSÁVEL |
|--|---|---|----------------|---|
| A.2.1 – Seguir o Orçamento Participativo de acordo com o que foi aprovado pela população. | Através do Gabinete do Prefeito os secretários serão cobrados e fiscalizados para que não fujam do orçamento planejado | Recursos planejados no Orçamento Participativo. | 12 meses | Secretário Executivo do Gabinete do Prefeito. |
| A.2.2 – Criar órgãos onde a população possa participar da fiscalização da execução das ações programadas no orçamento. | Criação de órgão paritário de participantes de cada secretaria e integrantes da sociedade civil para cada secretaria apresentar dentro de um prazo estipulado bimestral ou trimestral como está sendo cumprido o orçamento. | Recursos Humanos | 12 meses | Secretário Executivo do Gabinete do Prefeito. |

| | | | | |
|---|--|------------------|----------|---|
| A.2.3 – Cobrar das demais secretarias transparência e compromisso com as ações planejadas no orçamento. | Reunir os secretários de todas as pastas para ter ciência das prestações feitas nos comitês organizados entre governo e sociedade civil e fazer cumprir o que não estiver de acordo. | Recursos Humanos | 12 meses | Secretário Executivo do Gabinete do Prefeito. |
|---|--|------------------|----------|---|

5 – Análise dos Atores

PAINEL 3.1

AÇÃO 1.1

- Reunir a população por bairros para conhecer a realidade de cada bairro.

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|---|---|---|--|---|--|
| Secretário de Direitos Humanos e Participação Popular | Recursos oriundos da arrecadação destinados pelo Orçamento Participativo e Verbas de Projetos Federais e Estaduais. | Enquanto não for aprovado o Orçamento Participativo e o governo estiver contando com planejamento do governo passado será mais difícil contar com recursos financeiros. | Com formação política de sua equipe que estará nas ruas de cada bairro e nos condomínios MCMV orientando sobre a importância da mobilização e organização da população | Sendo omissos as causas populares, descrente da participação popular e não compondo uma equipe competente para buscar recursos e convencer a população da sua importância na construção de uma cidade melhor. | Caso ele não entenda a proposta do governo deve ser orientado da importância da participação popular nos destinos do município ou substituído a partir de uma avaliação da Secretaria do Gabinete do Prefeito. |

AÇÃO 1.2

- Colaborar na organização dos moradores em entidades estimulando a participação em conselhos e demais organizações.

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|---|--|---|--|---|--|
| Secretário de Direitos Humanos e Participação Popular | Recursos oriundos da arrecadação destinados pelo Orçamento Participativo e Verbas de Projetos Federais e ou Estaduais. | Enquanto não for aprovado o Orçamento Participativo e o governo estiver contando com planejamento do governo passado será mais difícil contar com recursos financeiros. | Com formação política de sua equipe que estará nas ruas de cada bairro e nos condomínios MCMV orientando sobre a importância da mobilização e organização da população | Sendo omissos as causas populares, descrente da participação popular e não compondo uma equipe competente para buscar recursos e convencer a população da sua importância na construção de uma cidade melhor. | Caso ele não entenda a proposta do governo deve ser orientado ou substituído a partir de uma avaliação da Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito |

AÇÃO 1.3

- Convocar a população organizada para o debate e organização do Orçamento Participativo.

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|---|--|--|--|--|---|
| Secretário Executivo de Gabinete do Governo | Toda verba destinada ao Município distribuindo-a para as demais secretarias. | Por ter mais amplitude e responsabilidade por todo um Governo fica mais vulnerável ao erro levando um governo centralizador. | Fazendo um governo onde as Secretarias se comuniquem e interajam para contribuir no Orçamento Participativo. | Fragmentando o governo levando a uma competição entre secretaria e rivalidades de secretários. | Declaração e incentivo do Prefeito quanto a sua prioridade no governo para o Orçamento participativo. |

AÇÃO 2.1

- Seguir o Orçamento Participativo de acordo com o que foi aprovado pela população.

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|---|--|--|--|---|---|
| Secretário Executivo de Gabinete do Governo | Toda verba destinada ao Município distribuindo-a para as demais secretarias. | Por ter mais amplitude e responsabilidade por todo um Governo fica mais vulnerável ao erro levando um governo centralizador. | Através de uma ação integrada das diversas Secretarias, controlar e viabilizar para que o Orçamento Participativo seja cumprido. | Não interagindo com o governo como um todo. | Cobrança da sociedade para que as ações sejam cumpridas como combinadas no Orçamento Participativo. |

AÇÃO 2.2

- Criar órgãos onde a população possa participar da fiscalização da execução das ações programadas no orçamento. .

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|---|--|--|---|---|--|
| Secretário Executivo de Gabinete do Governo | Toda verba destinada ao Município distribuindo-a para as demais Secretarias. | Por ter mais amplitude e responsabilidade por todo um Governo fica mais vulnerável ao erro levando um governo centralizador. | Solicitando dos Secretários agilidade e compromisso com a criação e manutenção deste órgão paritário além de solicitar transparência nas informações. | Não interagindo com o governo como um todo. | Cobrança da sociedade para que as ações sejam cumpridas como combinadas. |

AÇÃO 2.3

- Cobrar das demais secretarias transparência e compromisso com as ações planejadas no orçamento.

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|---|--|--|---|---|--|
| Secretário Executivo de Gabinete do Governo | Toda verba destinada ao Município distribuindo-a para as demais Secretarias. | Por ter mais amplitude e responsabilidade por todo um Governo fica mais vulnerável ao erro levando a um governo centralizador. | Reuniões periódicas com o Gabinete para que não se perca de vista o principal projeto do governo. | Não interagindo com o Governo como um todo. | Cobrança da sociedade para que as ações sejam cumpridas como combinadas. |

6 – Análise de Riscos e Fragilidades

| PERGUNTAS ORIENTADORAS | ANÁLISE DA EQUIPE |
|--|--|
| <p>1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (como por exemplo, efeitos sociais e ambientais)?</p> | <p>Sim, pois este projeto vai atingir interesses de todos os lados, haverá uma recusa muito grande por parte da classe dominante da cidade, pois estaremos beneficiando a maior parte da população que é pobre, carente de recursos e de atenção por parte dos poderes públicos. Teremos uma oposição bastante forte para defender os interesses especulativos, latifundiários e dominantes. Pode-se ter também como efeito indesejado a atuação da milícia com a população, de forma a impedir ou atrapalhar a atuação do poder público. Outro efeito ruim pode vir de potenciais políticos e demais pessoas da oposição que podem se apresentar contra o projeto e a atuação do governo.</p> |
| <p>2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p> | <p>O Governo será muito pressionado a atender demandas da classe dominante, acostumada a governar com o povo à distância, sem ouvir nada da população e priorizando sempre os interesses pessoais em detrimento da coletividade, principalmente da população mais carente. Acredito também encontrar um grande entrave na Câmara de Vereadores já que a maioria dos vereadores nem sempre aceita as prioridades do Governo, além disso, mantém uma relação de troca de favores com o executivo para reeleição.</p> |

| | |
|--|--|
| 3 – Qual o principal ponto fraco do projeto? O que pode ser feito para prevenir ou corrigir? | A interferência do capital financeiro em detrimento da amplitude social que o projeto tem. |
| 4 – O que pode ser feito para garantir a implementação do projeto? | Um governo firme e forte, longe de corrupção, com uma escuta bastante sensível para a população dos bairros e do condomínio MCMV, além disso, ter bem pautadas as prioridades sociais do governo em todas as Secretarias e na Casa Legislativa. |
| 5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto? | Acredito que no primeiro ano de governo seja bastante difícil a implementação do projeto, com boa vontade e dando prioridade ele será facilmente executado, já que não demanda muitos recursos, a partir do segundo ano de governo, estando tudo devidamente traçado, planejado e acompanhado pelo Orçamento Participativo será fácil. |

7 - Considerações Finais

O propósito principal deste trabalho foi de apresentar e solucionar o grave problema de violência nos Condomínios “Minha Casa, Minha Vida” com intuito de trazer conhecimentos a cerca do tema proposto. Apesar de nosso objeto de estudo ter sido o Condomínio Carlos Marighella localizado em Itaipuaçu/ Maricá, no Rio de Janeiro, realizamos observações, pesquisas e incursões em vários condomínios semelhantes e conseguimos conhecer mais a realidade de cada um, assim como, realizar uma avaliação mais aprofundada dessas localidades.

Diversos pontos foram relevantes para nossos estudos e pesquisas, porém o que podemos perceber de perto é a grande diferença na gestão e organização do Condomínio “Minha Casa, Minha Vida” de Maricá. A inserção direta da prefeitura, com diversos projetos e programas sociais, faz um enorme diferencial na qualidade de vida dessa comunidade. São ações que não tivemos notícia em nenhuma das outras comunidades. Em Maricá realmente a prefeitura atua direta e constantemente no condomínio, através de diversas atividades esportivas, educacionais, sociais, culturais e levando aos moradores todos os programas sociais estabelecidos no município. Podemos citar como exemplo a Moeda Social Mumbuca, Ônibus Vermelhinho Tarifa Zero, o Programa Renda Gestante, Programa Renda Jovem Solidário, cursos profissionalizantes do SENAI, ocupação cultural, eventos esportivos, Sarau da Utopia, eventos literários com o Projeto Libertação de Livros, Natal Solidário, shows e queima de fogos no *Réveillon*, entre muitos outros programas e projetos.

Podemos perceber claramente que o índice de violência, nesse condomínio que foi diretamente foco do nosso estudo e trabalho, está bastante aquém de todos os outros que foram visitados. Desta forma, concluímos que todas essas ações realizadas nessa comunidade estão surtindo efeitos bastante positivos e satisfatórios. Temos uma comunidade que percebe que o poder público está integrado verdadeiramente com seus anseios e questões mais íntimas. No dia 29 de fevereiro deste ano tivemos uma grande enchente que provocou o alagamento da parte térrea das unidades habitacionais do Condomínio. Foi um momento trágico e bastante traumatizante para essa população, pois viram seus móveis, suas casa e seus sonhos preenchidos pela água e lama. A prefeitura agiu imediatamente retirando todas as 1.492 famílias dessa localidade, prestou total apoio logístico para que todos fossem transferidos para locais seguros, providenciou alimentação, roupas, materiais de higiene e tudo o que foi possível para que todos fossem atendidos. Após o retorno dos moradores para suas casas e com o apoio da prefeitura para a limpeza e restabelecimento das mesmas, as famílias receberam um *kit* de móveis e eletrodomésticos contendo cama de casal com colchão, beliche, sofá, fogão e geladeira. Esse evento catastrófico serviu para mostrar a força do nosso espírito de equipe e solidariedade.

8 – Referências bibliográficas

FRIEDBERG, E. 1993. *O Poder e a regra: dinâmicas da ação organizada*. Lisboa: Instituto Piaget.

MOTTA, P.R. 1991. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. Rio de Janeiro: Record. 2ª. edição.

BARNARD, C.I. 1971. *As funções do executivo*. São Paulo: Editora Atlas.

RAMOS, A.G. 1989. *A nova ciência das organizações: um reconhecimento da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2ª edição.

ARENDT, H. 2001. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 3ª edição.

PASTANA, H. 2001. *Teoria revolucionária para a política atual*. São Paulo.

MILTON, S. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

CAIXA - Caixa Econômica Federal – Disponível em <http://www.caixa.gov.br/>

MINHA CASA MINHA VIDA – Disponível em <http://www.minhacasaminhavidagov.br/>

MINISTÉRIO DAS CIDADES – Disponível em <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades> - Acesso em 22/11/08

MINISTÉRIO DAS CIDADES – Disponível em <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades> - Acesso em 22/11/08

MINISTÉRIO DAS CIDADES– Disponível em <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais/orientacoes-para-a-criacao-dos-conselhos-da-cidade-nos-municipios/> - Acesso em 22/11/08